

TJMA suspende limitação de 5% em créditos suplementares de LOA em São Luís

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal referendou a decisão do desembargador Marcelo Carvalho Silva, que concedeu medida cautelar ao prefeito da capital em Ação Direta de Inconstitucionalidade

Por unanimidade de votos, o Tribunal de Justiça do Maranhão referendou a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0803735-81.2025.8.10.0000, concedida pelo relator, desembargador Marcelo Carvalho Silva, para suspender os efeitos do artigo 4º da Lei Municipal nº 7.726/2025, durante sessão do Órgão Especial do TJMA, nessa quarta-feira (12). A norma limitou a abertura de créditos suplementares a 5% do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de São Luís para o exercício financeiro de 2025. A votação que restabelece, até o julgamento do mérito da ADI, o percentual de até 25% para a abertura de créditos suplementares, foi favorável ao pedido cautelar feito em ADI ajuizada pelo prefeito de São Luís, Eduardo Braide, que questionou a constitucionalidade do artigo da lei. A medida cautelar é um pedido de urgência para suspender temporariamente os efeitos de uma norma até que se decida a questão de forma definitiva. O prefeito argumentou que o projeto original da Lei Orçamentária Anual previa um limite de 25% para créditos suplementares. No entanto, a Câmara Municipal aprovou uma Emenda Modificativa (nº 23), reduzindo esse limite para 5%. O administrador municipal sustentou que a redução imposta pela Câmara Municipal violou princípios constitucionais da separação dos poderes; razoabilidade e



A votação ocorreu durante Sessão do Órgão Especial, nessa quarta-feira (12)

proporcionalidade; autonomia financeira e administrativa e citou decisões anteriores do TJMA em situações semelhantes. A Câmara Municipal de São Luís argumentou que a lei foi aprovada dentro de sua competência e que a redução do percentual busca um controle maior sobre os gastos da prefeitura, impedindo possíveis abusos no uso do orçamento. **VOTO** O desembargador Marcelo Carvalho Silva, relator da ADI, citou entendimentos semelhantes de outros tribunais e do próprio TJMA e disse que a redução não apenas alterou substancialmente a redação original do texto normativo, como também impôs restrição desproporcional à autonomia do Poder Executivo, criando obstáculo ao funcionamento da

máquina pública e evidenciando engessamento do Executivo Municipal na execução de metas, projetos e programas. Acrescentou que a emenda modificativa, apresentada pela Comissão de Orçamento da Câmara, também não oferece justificativa para a alteração do texto. Lembrou que o Poder Executivo Municipal planejou sua gestão, como nos exercícios anteriores, com base na previsão de créditos suplementares de até 25% do total da despesa fixada na LOA. Marcelo Carvalho Silva citou limites para abertura de crédito suplementar no Maranhão (50%); Ceará (28% a 32%); Teresina (35%); Natal (40%); Fortaleza (40%); e Imperatriz (até 50%). Disse que o limite de 5% fixado pela Câmara Municipal de São Luís para a abertura de crédito suplementar é totalmente inconstitucional

e dissonante dos fixados por outros entes da região Nordeste. Destacou que a prerrogativa de o Poder Legislativo emendar projetos de lei de iniciativa do Executivo é legítima, desde que respeite os limites constitucionais e a pertinência do tema. Contudo, entendeu que a emenda analisada desvirtua a natureza da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tornando-a incompatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Apontou que a Câmara Municipal não trouxe elementos reais quanto à redução de 25% para 5% em abertura de recursos suplementares e nem apresentou nenhuma ação de improbidade administrativa, dentre outras possibilidades. Diante dos fatos e dados, decidiu atender ao pedido feito de medida cautelar da ADI.

Alta histórica em recursos para micro e pequenas empresas garante aporte de R\$ 630 milhões do BNB no Maranhão

O montante destinado às MPes maranhenses em 2024 é 38% maior que foi aplicado no ano anterior

As micro e pequenas empresas (MPE) sediadas no Maranhão receberam R\$ 630 milhões em recursos do Banco do Nordeste (BNB) em 2024. O volume financeiro representa alta histórica de 38%, se comparado ao montante destinado ao segmento empresarial no ano de 2023, quando os financiamentos somaram R\$ 454,3 milhões. O incremento aponta para potencial crescimento da movimentação econômica desse porte empresarial no estado. Dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), área de pesquisas do BNB, revelam que os financiamentos realizados junto às MPes no Maranhão resultaram no incremento de R\$ 188,6 milhões no valor adicionado à economia e foram responsáveis pela geração ou manutenção de 6,3 mil empregos diretos e indiretos, além de impacto no aumento da massa salarial do setor em R\$ 77 milhões. O superintendente estadual do BNB no Maranhão, Isaque Nascimento, explicou que os recursos disponibilizados para estímulo às micro e pequenas empresas têm condições



Micro e pequenas empresas do Maranhão receberam R\$ 630 milhões em financiamentos em 2024, alta de 38% em relação a 2023

diferenciadas, o que amplia os benefícios. “O Banco do Nordeste oferta crédito produtivo de fomento ao desenvolvimento empresarial com condições diferenciadas do mercado, porque opera com exclusividade o Fundo Constitucional. Desse modo, há melhores prazos, taxas e oportunidades de aplicações dos recursos, tanto para investimentos quanto para capital de giro ou mesmo para implantação de novos negócios”, destacou o executivo. A fonte de recursos apontada pelo superintendente é o Fundo Constitucional de

Financiamento do Nordeste, o FNE, operacionalizado exclusivamente pelo Banco do Nordeste. Podem ter acesso aos benefícios micro e pequenas empresas dos setores industrial, agroindustrial, mineração, turismo, comércio, prestação de serviços e empreendimentos culturais, desde que sediadas na área de atuação do BNB – estados nordestinos e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A linha de crédito viabiliza investimentos como aquisição de bens de capital e implantação, modernização, reforma,

relocalização ou ampliação de empreendimentos, bem como gastos com construção, reforma e ampliação de instalações e ainda aquisição e modernização de máquinas e equipamentos. Também é possível destinar o financiamento para capital de giro associado ao investimento, para elaboração de estudos ambientais necessários ao funcionamento do empreendimento e contratação de serviços relacionados à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As condições diferenciadas alcançam prazos de carência para início do pagamento, que pode chegar a até cinco anos em caso de investimentos na área de turismo, por exemplo, e até 15 anos para quitação do valor total, com taxas de juros a partir de 0,63% ao mês. “Além dos benefícios diferenciados ofertados pelo crédito produtivo do Banco do Nordeste, destacamos que podemos financiar até 100% dos investimentos necessários às micro e pequenas empresas interessadas em acessar os recursos”, completou Isaque Nascimento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS-MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE 006/2025. O Município de Esperantinópolis, Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a seleção de proposta de preços mais vantajosa visando a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de coleta, transporte tratamento e aplicação final de resíduos de serviços de saúde hospitalar, laboratorial e odontológico, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Esperantinópolis/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 004/2024, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações e as condições do Edital a realizar-se às 10:00 (dez) horas do dia 27 de março de 2025. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Jefferson Moreira, S/N, Centro, Esperantinópolis – MA, horário de 08:00 às 12:00 horas, no endereço eletrônico: www.licitaesperantinopolisma.com.br. Esclarecimento adicional no mesmo endereço, através do E-mail: cplesperantinopolis@gmail.com. ou na página www.esperantinopolis.ma.gov.br. Esperantinópolis - MA, 24 de fevereiro de 2025. Joelson Ribeiro Bezerra Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Portaria: 007/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2025

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 49/2024


PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.757/2024 – Barra do Corda/MA.EXTRATO DE TERMO ADITIVO. Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº 353/2024 – Inexigibilidade de Licitação nº. 49/2024. **CONTRATADO: CONCEIÇÃO DE MARIA OLIVEIRA LIMA, portador do CPF nº 018.763.803-90.** Contratante: secretaria Municipal de Educação, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 06.769.798/0001-17 e Fundo Municipal de Educação CNPJ Nº 18.172.388/0001-73. **Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula sétima do contrato nº. 353/2024, alterando o prazo de vigência de 17 de outubro de 2024 a 17 de fevereiro de 2025, para 17 de outubro de 2024 a 17 de junho de 2025.** Data: 17 de fevereiro de 2025. ASS: MARINETE MOURA DA SILVA LOBO. CARG: Secretária Municipal de Educação /Barra do Corda – MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO nº 01/ 2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 297/2024. TERMO ADITIVO Nº 01/2024, Contratado: **JR ELETRÔNICOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 49.686.236/0001-12.** Contratante: secretaria Municipal de Assistência social, CNPJ N.º 06.769.798/0001-17 e Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ Nº 20.021.441/0001-87 Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula sétima do contrato nº. 297/2024, alterando o prazo de vigência de 07 de agosto de 2024 a 31 de dezembro de 2024, para 07 de agosto de 2024 a 07 de abril de 2025. DATA: Barra do Corda (MA), 31 de dezembro de 2024. ASS: **ANTONIA MARIA PEREIRA DA COSTA.** CARG: Secretária Municipal de Assistência Social/Barra do Corda – MA.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE LICITAÇÕES
E COMPRAS ESTRATÉGICAS – SALIC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025 – SALIC/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº UEMA/0005/2024
A Secretaria Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas - SALIC torna público que fará realizar, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Estadual nº 38.136, de 06 de março de 2023, Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM; OBJETO, Aquisição de material permanente para o Núcleo de Tecnologias para Educação - UEMANET, visando o atendimento da comunidade acadêmica, e contemplada no Convênio nº 838106/2016 – FNDE. Com sessão marcada para o dia **31/03/2025, às 09h30min (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, no site www.compras.ma.gov.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro da Secretaria de Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas – SALIC, situada na Av. Jerônimo de Albuquerque, Edifício Clodomir Millet, s/nº, 4º andar, Calhau - São Luís/MA. CEP: 65074-220. A Secretaria informa que, o edital encontra-se disponível na página web www.compras.ma.gov.br e www.sead.ma.gov.br.
São Luís, 07 março de 2025.
Aline Pinheiro Vasconcelos
Secretária Adjunta de Licitações e Compras Estratégicas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ – MA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇOS REFORMA, REPARO E AMPLIAÇÃO PRE-DIAL SOB DEMANDA NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ-MA. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para 31 de março de 2025 às 09h00. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o Departamento de Licitação, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparu.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 12 de março de 2025. Flávio José Padilha de Almeida – Secretário Municipal de Planej., Admin., Finanças, Receitas e Patrimônio Público